



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Projeto de Resolução

(Pronúncia, por iniciativa própria, sobre o processo negocial em curso a respeito das condições, contrapartidas e âmbito da presença militar norte-americana na Base das Lajes)

No dia 15 novembro de 2011, em Lisboa, o Secretário da Marinha dos Estados Unidos, Ray Mabu, declarou que *“deixar completamente os Açores é uma das opções em consideração”* pela atual Administração norte-americana, tendo em conta a necessidade de reconfiguração do dispositivo militar americano no exterior. Na mesma ocasião, Ray Mabu não deixou de sublinhar, em aparente contrassenso com a afirmação inicial, que *“reconhecemos o valor estratégico da Base das Lajes e sei que à medida que avançarmos no processo de decisão esse será um dos principais aspetos, porque é uma das nossas principais bases de trânsito para a Marinha e uma das nossas principais bases de reabastecimento, tanto para a Marinha como para a Força Aérea”*.

Por sua vez, a agência Lusa noticiava, no dia 15 de fevereiro de 2012, que o embaixador norte-americano em Lisboa, Allan Katz, afirmou que *“nós mantemo-nos empenhados em continuar nas Lajes. A questão não é se vamos sair das Lajes, mas saber se o nível da nossa presença vai ser afetado ou não com este reajustamento orçamental”*. Isto na medida em que os Estados Unidos estão *“a avaliar a sua estrutura de forças no mundo inteiro, não apenas na Europa. O que seria surpreendente é que todo este processo terminasse sem mudanças, isso é inimaginável. A questão é o que é que se vai cortar, e quando, e essas decisões ainda não foram tomadas”*.

É também referenciado que Allan Katz afirmou que *“a Base das Lajes não tem a mesma importância estratégica para os Estados Unidos que tinha há 30 anos”*. Finalmente, e ainda de acordo com a mesma notícia, o embaixador



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

norte-americano assegurou que *“quaisquer que sejam as mudanças a realizar ou não, seja na Alemanha, em Portugal, na Turquia ou na Coreia do Sul, isso acontece por motivos de poupança e não por uma menor importância dada às relações externas”*.

No âmbito das movimentações e declarações recentes a propósito da presença norte-americana na Base das Lajes, deve referir-se, por fim, a reunião que o Ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco e o Secretário da Defesa norte-americano, Leon Panetta, realizaram, no dia 27 de fevereiro, em Washington, para discutir temáticas relacionadas com a cooperação bilateral e a Aliança Atlântica.

O Comunicado conjunto, divulgado após essa reunião, refere que *“ficou confirmada a manutenção da operação americana na Base das Lajes”* e que ficou ainda acordada *“a análise e discussão com Portugal, relativamente aos moldes em que a Força Aérea Americana irá desenvolver a sua operação futura nas Lajes”*. Por fim, o mesmo Comunicado refere a calendarização de uma nova reunião, no dia 19 de junho, em Washington, para discutir e acertar assuntos relacionados com a *“cooperação bilateral”*.

A evolução recente do discurso norte-americano sobre a Base das Lajes possui uma natureza claramente mercantil. Desvaloriza a importância geoestratégica da Base das Lajes até ao ponto de admitir o seu abandono para, logo a seguir e no espaço de apenas 4 meses, “aceder em ficar” no quadro de uma “muito substancial” redução dos efetivos militares e da restante componente logística (ou seja, a demolição do que resta da componente laboral portuguesa).

Tendo em conta o grave precedente das negociações de 1991/95 – em que os americanos impuseram um quadro negocial que assumia a desvalorização geoestratégica da Base das Lajes por via do fim da Guerra Fria – importa proceder a uma análise, necessariamente sucinta dada a natureza desta iniciativa parlamentar, da questão geoestratégica subjacente a esta negociação.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A evolução do sistema internacional, nas duas últimas décadas após o fim da Guerra Fria, demonstrou que o colapso da União Soviética não significou o “fim da História”. Pelo contrário, este mundo em que vivemos tem ainda mais História subjacente ao quadro das relações internacionais. Prova-se, assim, que a visão de duas superpotências em conflito permanente em todos os locais do planeta não passava de uma simplificação do quadro mental e ideológico inerente aos tempos da Guerra Fria. A perspetiva correta das relações internacionais é a que é hoje bem visível: uma competição permanente entre Estados, com interesses muitas vezes divergentes e conflitantes, que se desenvolve num contexto internacional extremamente complexo, competitivo e dinâmico.

Neste quadro internacional, os Estados Unidos são a maior potência, mas não a única. Tal como sucedeu com todas as potências hegemónicas da História – a começar por a que a antecedeu: o Império Britânico –, a verdade é que não é possível aos Estados Unidos regressar a uma política externa isolacionista. Isso foi, em parte, possível no período entre Guerras do século XX, na medida em que a Grã-Bretanha assegurava, nessa época, o papel de potência global. Foi à Grã-Bretanha que coube o papel de tentar manter a estabilidade do sistema internacional nas décadas de vinte e trinta do século passado.

A História demonstrou que, naquele período, essa era uma tarefa que superava a capacidade económica e militar dos britânicos. Foi esse facto e essa incapacidade que “obrigou” os Estados Unidos a assumir a sua dimensão de potência global ainda no decorrer da II Guerra Mundial. Não existia, e continua a não existir, alternativa real para um país com interesses económicos globais.

O grande desafio atual dos Estados Unidos não é diferente da situação internacional que enfrentaram todos os poderes hegemónicos anteriores: como manter a estabilidade e a “preponderância” no sistema internacional de Estados sem alargar demasiado a logística militar e o conseqüente esforço financeiro que lhe está subjacente?



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Agora

Nos últimos anos, esta questão tem merecido uma reflexão aprofundada no mundo académico, político e militar norte-americano. As conclusões não são completamente unânimes, mas é possível assinalar três grandes linhas de convergência entre as reflexões geopolíticas mais influentes:

1 – A logística militar norte-americana é, de facto, demasiado extensa e dispendiosa. Segundo dados revelados pelo próprio Departamento da Defesa Norte-americano, os Estados Unidos possuem cerca de 760 bases, espalhadas por 40 países. A médio prazo, a manutenção deste enorme esforço logístico acabará por afetar a base produtiva do país. Nessa perspetiva, é necessário fazer escolhas e estabelecer prioridades no contexto de uma redução progressiva de responsabilidades militares no exterior;

2 – Em qualquer cenário, os Estados Unidos devem evitar situações de atrito permanente com os novos poderes emergentes (China, Índia, Rússia ou o Brasil). A médio prazo, o esforço que seria necessário realizar nos diversos teatros regionais afetaria gravemente a capacidade económica do país. A opção é jogar tudo na manutenção dos equilíbrios regionais em detrimento de uma ideia de hegemonia incontestada em todas as áreas do globo;

3 – Manter opções fortes no Atlântico, Mediterrâneo e Médio Oriente. As intervenções militares mais dispendiosas dos Estados Unidos, nos últimos vinte anos, foram efetuadas precisamente nesta zona do mundo, no sentido de evitar qualquer rutura do equilíbrio regional.

Em síntese, é absolutamente certo que os Estados Unidos pretendem – e necessitam – reduzir as despesas militares no exterior e que esta matéria é particularmente relevante para a Administração Obama, uma vez que o Presidente enfrenta, este ano, o desafio da reeleição. Considerando a fraca relevância dos resultados obtidos por esta Administração nas áreas social e económica, a diminuição dos encargos e do envolvimento militar norte-americano no exterior representa um trunfo eleitoral insubstituível.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A política externa é uma das poucas áreas em que o Presidente americano possui competências alargadas, uma vez que na generalidade das restantes áreas de governo o Presidente tem sempre muita dificuldade em ultrapassar o intrincado sistema de pesos e contrapesos do sistema constitucional norte-americano. A redução do esforço militar norte-americano no exterior é, assim, uma das poucas linhas estratégicas em que a Administração Obama possui uma real autonomia de execução. É isso que explica o contexto e o timing da abertura do atual processo negocial em relação à Base das Lajes.

Não é, no entanto, correta a asserção de que os Estados Unidos estão disponíveis para abandonar posições no Atlântico, no sentido de posicionar forças militares no Pacífico e no Índico para conter a China e a Índia. Os Estados Unidos não querem provocar esse atrito com as potências emergentes, até porque esse facto acarretaria, com grande probabilidade, uma nova corrida aos armamentos nesses cenários regionais, algo que provocaria um aumento exponencial da despesa militar norte-americana.

Ao contrário do que o embaixador norte-americano afirma, a verdade é que a Base das Lajes está fortemente valorizada no âmbito do atual conjuntura internacional. A bacia do Mediterrâneo encontra-se totalmente desestabilizada. Ninguém está em condições de perceber qual será a evolução, a médio prazo, de países como a Tunísia, a Líbia ou o Egipto. A verdade é que a "Primavera Árabe" está a permitir o acesso ao poder de partidos políticos desde há muito conotados com posições religiosas mais fundamentalistas. A evolução política destes países – e a sua própria estabilidade política e militar – permanece uma incógnita. Existem já, no entanto, sinais preocupantes no horizonte.

No Médio Oriente, a situação é igualmente complexa e altamente instável. A situação na Síria é extremamente preocupante. Qualquer alteração que se venha a verificar na Síria terá um forte impacto no Líbano e em Israel. No Iraque, cresce a tensão entre a maioria xiita e os sunitas (isto sem esquecer a questão curda). O país



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

está longe de estar estabilizado. Finalmente, a questão nuclear iraniana agrava-se de dia para dia.

Em todas estas questões, o tempo é de – como sempre sucede no período que antecede as eleições presidenciais americanas, principalmente no âmbito de um processo eleitoral que integra o esforço de reeleição de um Presidente norte-americano em funções – impasse e espera.

Neste contexto de grande volatilidade no Mediterrâneo e no Médio Oriente (o mais complexo e instável desde o fim da Guerra Fria), a que se junta uma ainda maior fragilidade europeia devido à crise económica, falar em desvalorização geopolítica da Base das Lajes é um enorme logro. Isto já para não falar no rearmamento russo em grande escala que o Presidente Putin anunciou recentemente e dos grandes desafios geopolíticos que esse facto colocará aos Estados Unidos no Mediterrâneo, no Cáucaso e no Médio Oriente (onde a Rússia e a China apoiam o regime sírio).

A questão relevante aqui é que, tendo em conta a conjuntura internacional, a Base das Lajes representa para os Estados Unidos uma posição logística absolutamente prioritária. A Base das Lajes tem tudo: capacidade de projeção militar, aptidão de utilização enquanto posto avançado de um eventual perímetro de segurança na eventualidade de um grave retrocesso da capacidade militar americana, centro de reabastecimento de enorme capacidade (a que se associa a grande capacidade do Porto Oceânico da Praia da Vitória), a segurança de ficar na antecâmara de um cenário internacional completamente incendiado e a garantia estratégica inerente ao facto da Base se localizar num país de assinalável estabilidade política.

Para além de tudo isto, a Base das Lajes é o epicentro de uma ZEE onde passa, atualmente, cerca de 53% do comércio externo da União Europeia e o núcleo de uma enorme área de jurisdição sobre o leito oceânico que poderá vir a contabilizar, a breve trecho, a extraordinária dimensão de 4.000.000 km².



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A verdade é que a Base das Lajes não está desvalorizada para os Estados Unidos, mas a presença americana encontra-se, ela sim, perigosamente desvalorizada no âmbito do interesse nacional português e também no contexto do interesse específico açoriano.

O facto é que a presença militar norte-americana na Base das Lajes representa uma fragilização da soberania nacional e acarreta um forte passivo ambiental, algo muito preocupante para uma Região que deverá apostar forte, em termos de estratégia de desenvolvimento turístico, numa imagem ambiental de grande qualidade.

Fatores como o fluxo emigratório para os Estados Unidos, as contrapartidas financeiras para o orçamento regional, a concessão de crédito à economia nacional e a existência de um considerável contingente laboral português a trabalhar na Base das Lajes compensavam, de alguma forma, as desvantagens da presença militar americana. A verdade é que todos estes fatores positivos têm vindo a sofrer uma constante desvalorização.

A emigração para os Estados Unidos é, neste momento, residual. As contrapartidas financeiras deixaram de estar previstas a partir do Acordo de 1995, o mesmo sucedendo ao nível dos mecanismos de crédito. O único fator relevante continuou a ser o contingente laboral português a trabalhar na Base das Lajes, mas mesmo este fator foi submetido uma erosão muito considerável nos últimos 10 anos (o contingente laboral sofreu uma redução de 37% entre 1992 e 2012).

Nesta medida, a presença militar norte-americana acarreta um conjunto de fatores desfavoráveis que deixaram de ser devidamente compensados a partir da assinatura do Acordo de Cooperação e Defesa de 1995. Neste âmbito, é importante sublinhar que a descoberta de graves danos ambientais verificados no concelho da Praia da Vitória e a suspeita da utilização da Base das Lajes enquanto escala de prisioneiros para Guantánamo, provocou uma diminuição muito significativa do tradicional apoio da opinião pública açoriana à presença norte-americana na Base das Lajes.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

No contexto da grave crise económica que a Região vive e dos fortes constrangimentos ambientais que a presença militar norte-americana na Base das Lajes provoca, não é possível obter o apoio da opinião pública açoriana a qualquer Acordo que não ofereça contrapartidas suficientemente vastas à comunidade açoriana e a Portugal.

Nesta conjuntura, é importante referenciar que o fim da Guerra Fria, as limitações do projeto europeu e a emergência do Brasil enquanto grande potência atlântica, aconselham manter em aberto a possibilidade de rever as funções estratégicas e os parceiros prioritários no quadro geopolítico em que se encaixa a nossa enorme área marítima no Atlântico Norte, junto do corredor atlântico que dá acesso ao Mediterrâneo e à África Ocidental. Tudo isto pode e deve ser equacionado no contexto de uma negociação em que não esteja garantida a obtenção de contrapartidas justas para o País e para a Região.

Finalmente, cabe destacar as importantes competências constitucionais e estatutárias que a Região possui no âmbito da participação e determinação da política externa portuguesa no âmbito da eventual utilização de bases militares no território regional. Estas competências deverão ser integralmente respeitadas, algo que não sucedeu no âmbito do processo negocial do Acordo de 1995, em que o representante açoriano e os órgãos de governo próprio dos Açores nem sequer foram previamente alertados da assinatura do mesmo, conforme foi denunciado, no dia 28 de março desse mesmo ano, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim, a Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos da alínea i) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Autónoma dos Açores, pronuncia-se, por iniciativa própria, sobre o processo negocial em curso a respeito das condições, contrapartidas e âmbito da presença militar norte-americana na Base das Lajes, nos seguintes termos:

1 – Qualquer novo Acordo ou Tratado terá de contemplar a impossibilidade de reduzir a dimensão do atual contingente laboral português e prever, nesse âmbito, a aplicação da legislação laboral portuguesa, assim como consagrar a aceitação inequívoca, por parte das autoridades norte-americanas, das decisões dos tribunais portugueses nas questões de contencioso ou conflito laboral;

2 – Qualquer novo Acordo ou Tratado deverá prever a existência de contrapartidas financeiras diretas, nunca inferiores às existentes até 1992, para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores;

3 – Qualquer novo Acordo ou Tratado deverá contemplar a criação de mecanismos que promovam e favoreçam a exportação de produtos açorianos para os Estados Unidos;

4 – Qualquer novo Acordo ou Tratado terá de incluir cláusulas que salvaguardem, de forma explícita e devidamente calendarizada, a reparação, por parte dos Estados Unidos, dos danos ambientais causados, ao longo dos últimos 68 anos de utilização da Base, em toda a zona envolvente à Base das Lajes;

5 – Na eventualidade do Governo português negociar e assinar um Acordo ou Tratado que não corresponda ao real valor geopolítico da Base das



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Lajes e que não acautele os interesses específicos dos Açores (como sucedeu em 1995), deve o Estado português responsabilizar-se por acautelar as contrapartidas mínimas referenciadas neste mesmo Projeto de Resolução;

6 – Esta Resolução deverá ser remetida, para conhecimento, ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, à Assembleia da República, ao Governo da República e ao Presidente da República.

Horta, 20 de março de 2012

O Deputado do PPM

Paulo Estêvão